

## Paradigmas Orientadores da Pesquisa em Administração Pública no Contexto Brasileiro

**Autoria:** Alketa Peci, Agatha Justen Gonçalves Ribeiro, Frederico Bertholini Santos Rodrigues, Marcelo Fornazin

### RESUMO

Avaliações da produção acadêmica em administração pública (AP) identificam problemas recorrentes, relacionados com o vale-tudo temático, prevalência do enfoque prescritivo e metodologias precárias de análise. Esta pesquisa busca avaliar a produção acadêmica em administração pública, no decorrer da década 2000-2010, identificando quais paradigmas orientam a pesquisa neste campo. Em termos teóricos, o trabalho resgata a visão paradigmática de Keinert (1992), mas atualiza esta perspectiva, considerando que uma pesquisa orientada paradigmaticamente expressar-se-á via compartilhamento de orientações cognitivas, solidez metodológica e existência de autores e instituições que sistematicamente contribuem para o campo. Para tal, o trabalho recorre também à contribuição de Lan & Anders (2000) que aplicaram análise similar à produção em AP no contexto norte-americano. As categorias teóricas iniciais buscaram diagnosticar: a) a orientação cognitiva da pesquisa realizada; b) a análise institucional destacando, especialmente, autores e instituições que sistematicamente contribuem para o campo; e, c) as metodologias adotadas em termos de estratégias de pesquisa, instrumentos de coleta de dados e técnicas de tratamento de dados. Um total de 592 artigos publicados em periódicos da área de administração classificados como B1 ou superior (classificação WebQualis/Capes) foram analisados, por meio da análise de conteúdo com grade mista (KRIPPENDORFF, 2004). Os artigos foram codificados de forma independente, por mais de um pesquisador, de forma a melhorar a validade dos construtos teóricos. Estatísticas descritivas uni e bivariadas, assim como algumas técnicas, tais como de análise de correspondência, também foram utilizadas para analisar com maior profundidade os dados, especialmente, as inter-relações entre as orientações cognitivas, metodológicas e institucionais da produção acadêmica em AP. Os resultados indicam: a) em termos de orientação cognitiva, a prevalência do paradigma Gerencial e da Governança, com contribuições mais modestas de outros paradigmas, mas ainda uma dispersão grande de temas pesquisados e falta de identidade da pesquisa realizada, revelada pela excessiva fragmentação e redundância de palavras-chave; b) em termos institucionais, percebe-se a ausência de números expressivos de pesquisadores e instituições que se dedicam sistematicamente à pesquisa em AP; e, c) em termos metodológicos, a pesquisa diagnostica sérias falhas metodológicas relacionadas, especialmente, com a ausência de especificações sobre os instrumentos de coleta de dados, assim como o tratamento e a análise dos mesmos. Paralelamente, o trabalho também revela uma tendência mais recente de consolidação de novos centros institucionais e um padrão de aproximação das categorias paradigmáticas de orientação cognitiva por Estado. Concluindo, o trabalho diagnostica a dificuldade de orientação paradigmática de pesquisa em AP, em decorrência de lacunas cognitivas, metodológicas e de obstáculos institucionais, mas também identifica alguns embriões cognitivo-institucionais orientados paradigmaticamente, que poderão influenciar o futuro do campo.

## 1. Introdução

O campo acadêmico de administração pública (AP) tem sido sistematicamente avaliado ao longo dos últimos anos, seja com relação à sua trajetória de ensino (COELHO, 2008; FISCHER, 1984), seja com relação à natureza da pesquisa e da produção acadêmica originada dessa última (KEINERT, 1992; KEINERT E LAPORTA, 1994; KEINERT, 1994b; MACHADO-DA-SILVA, AMBONI E CUNHA, 1989; PACHECO, 2003. SOUZA, 1998). Enquanto os trabalhos relativos ao ensino em AP evidenciam sua estreita relação com o papel do Estado ao longo da história do Brasil, as pesquisas acerca da produção acadêmica procuram avaliar o “que” (temas pesquisados) e o “como” (metodologia adotada) dos trabalhos publicados no campo, acompanhando uma tendência que se observa em outras as áreas de administração, como organizações (BERTERO e KEINERT, 1994; MACHADO-DA-SILVA, CUNHA e AMBONI, 1990), recursos humanos (CALDAS & TINOCO, 2004), marketing (VIEIRA, 2003), finanças (Leal *et al.*, 2003) entre outros.

Este trabalho busca avaliar a produção acadêmica na área de administração pública, por meio da análise dos trabalhos publicados nos principais periódicos da área, no período 2000-2010, buscando verificar se a pesquisa realizada é orientada por paradigma(s) dominante(s). É possível perceber alguma tendência diferente na produção acadêmica em AP, como decorrência do crescimento quantitativo do campo? De fato, o campo de administração de forma geral, e de administração pública particularmente, cresceram em termos de indicadores quantitativos. O crescimento do número de programas acadêmicos e de cursos de pós-graduação, do número de submissões de trabalhos em eventos da área ou de periódicos que se multiplicam refletindo as diversas especializações do campo é expressivo. Somente durante o ano 2010, foram submetidos 342 trabalhos para a área de Administração Pública do Enanpad (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), sendo que mais 509 trabalhos foram submetidos, no mesmo ano, para o EnAPG (Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD). De certa forma, as avaliações anteriores têm revelado que sérios problemas qualitativos caracterizam a pesquisa em AP, mas será que o crescimento quantitativo do campo não tem sido acompanhado por uma melhoria qualitativa do mesmo?

O diferencial dessa pesquisa reside na tentativa de avaliar a produção acadêmica em AP a partir do prisma paradigmático. Este olhar paradigmático já estava presente no trabalho de Keinert (1992; 1994B), entretanto, neste artigo busca-se compreender a orientação paradigmática da área de administração pública, alinhando, de forma inédita, a avaliação de conteúdo e de metodologia, com a avaliação dos aspectos institucionais da pesquisa. Os “paradigmas” são conceituados, de forma mais abrangente, não apenas como esquemas cognitivos/metodológicos que orientam a pesquisa no campo, mas também como os aspectos institucionais que marcam sua dinâmica e peculiaridade, revelado por um número expressivo de pesquisadores e instituições que sistematicamente contribuem para a pesquisa no campo (LAN & ANDERS, 2000)

Especificamente, a pesquisa avalia a orientação teórica/cognitiva dos trabalhos publicados, o aprofundamento e a qualidade metodológica dos mesmos, assim como os aspectos institucionais que permitem avaliar quais (caso existam) os paradigmas dominantes que orientam a pesquisa e a produção acadêmica em AP no contexto brasileiro. Entretanto, considerando a limitação do espaço, neste trabalho serão apresentados detalhadamente os aspectos relacionados à orientação cognitiva e institucional, relatando apenas os dados relativos às estratégias metodológicas adotadas.

Para responder a estes objetivos foi realizada uma pesquisa empírica que analisou 592 artigos publicados em revistas estrato A2 e B1 Qualis. As categorias teóricas que orientaram o trabalho foram construídas, principalmente, com base no trabalho de Lan & Anders (2000) e Keinert (1992) e os dados foram analisados via análise de conteúdo. A pesquisa revela a dificuldade de orientação

paradigmática de pesquisa em AP no Brasil, em decorrência de lacunas cognitivas e de obstáculos institucionais, mas também identifica alguns embriões cognitivo-institucionais de orientação paradigmática que poderão influenciar substancialmente a dinâmica do campo de pesquisa em AP no contexto brasileiro.

## 2. Referencial teórico

### 2.1 Características da produção acadêmica em AP no contexto brasileiro

As avaliações da produção acadêmica nas diversas áreas de administração apontam problemas recorrentes, que tangenciam todas as áreas de administração pesquisadas, relacionadas, principalmente, com: a) falta de rigor metodológico; b) predominância do enfoque prescritivo sobre o analítico; c) importação de matriz teórica, refletida na baixa diversidade de origem de autoria e alta citação de autores norte-americanos; e, d) falta de relevância das pesquisas realizadas (BERTERO e KEINERT, 1994; CALDAS e TINOCO, 2004; MACHADO-DA-SILVA, CUNHA e AMBONI, 1990; QUINTELLA, 2003; VERGARA e PINTO, 2001).

De forma geral, as avaliações da produção acadêmica em AP compartilham os mesmos diagnósticos, sendo mais enfáticas na natureza dos problemas levantados. Destacam-se, particularmente, o caráter demasiadamente ideologizado da pesquisa, o baixo número de pesquisas empiricamente orientadas e os graves problemas metodológicos apresentados pelos poucos trabalhos empíricos.

Particularmente, os primeiros trabalhos de avaliação da produção acadêmica em AP identificaram várias fragilidades dos trabalhos publicados, relacionadas com a baixa utilização da literatura estrangeira mais recente, predomínio de metodologias pouco elaboradas e prevalência do enfoque prescritivo em detrimento do analítico (MACHADO-DA-SILVA, AMBONI E CUNHA, 1989; SOUZA, 1998).

Dentre as avaliações mais recentes relativas à produção acadêmica em AP no Brasil destaca-se o trabalho de Pacheco (2003). De acordo com a autora, a análise dos artigos de AP publicados a partir de 1995 indica o vale-tudo e a rápida adesão a modismos temáticos, assim como análises apaixonadamente ideológicas. Como exemplo, a autora destaca a diversidade temática apresentada pelos artigos publicados na *Revista de Administração Pública (RAP)*, em que os temas principais foram organizações, reforma gerencial do Estado, implementação de políticas públicas, sociologia, política, demografia, finanças públicas, estudos setoriais e ferramentas administrativas e de gestão. A autora também identificou o predomínio do estudo de caso setorial, como estratégia privilegiada de pesquisa e a tendência de autocitação dos autores que publicam na área. Para Pacheco, estas problemáticas podem ser atribuídas às características da comunidade de pesquisa em AP, uma comunidade pequena e auto-referida, ligada a poucos programas de pós-graduação *stricto sensu*, geralmente justapostos aos programas de *business* no sistema de pós-graduação.

O caráter demasiadamente normativo da produção em AP torna-se problemático, uma vez reside na superficialidade da análise, na desconexão com os fenômenos em estudo, nas ideias e convicções pessoais de cada autor e na proposição sem fundamento na análise (PACHECO, 2003:65).

Tudo indica que se trata de uma área particularmente “apaixonada” por temas de moda, que, normalmente, respondem à agenda governamental, mas não permitem um tempo de maturação teórica do campo. Vale lembrar que esta característica do campo parece permear outros contextos, como o norte-americano, onde avaliações da produção em AP também diagnosticam uma orientação prescritiva das publicações, assim como a falta de rigor metodológico dos artigos e das dissertações publicadas (BINGHAM & BOWEN, 1994; BOX, 1992; PERRY & KRAEMER, 1986; STALLINGS & FERRIS, 1988; WHITE, 1986).

Entretanto, os trabalhos de avaliação da última década parecem indicar alguma inversão nestas tendências. Uma análise mais recente dos trabalhos publicados nos Enanpad(s) ao longo do período 2000-2005 encontra um maior número de trabalhos teórico-empíricos (76,1%), identificando um predomínio do estudo de caso (55,7%) como estratégia privilegiada de pesquisa e certo crescimento no uso de métodos quantitativos. Este trabalho também identifica o papel de instituições de origem na produção em AP, especificando que cinco instituições, com destaque para FGV-RJ e FGV-SP, respondem por aproximadamente 50% dos artigos publicados nesse período (HOCAYEN-DASILVA, ROSSONI & JUNIOR, 2008).

## 2.2 Em busca de paradigmas orientadores da pesquisa em AP

As características da produção acadêmica em AP no contexto brasileiro parecem compartilhar os levantamentos internacionais, ao menos os norte-americanos, que indicam a dificuldade de relacionar o conhecimento produzido neste campo com tendências intelectuais centrais ou de enquadrá-lo dentro de certos limites disciplinares. De fato, múltiplas abordagens teóricas/intelectuais e várias disciplinas inspiram e dirigem a pesquisa na área, sem indicar dominância de uma em detrimento de outra, desde a criação do primeiro programa na Universidade de Syracuse, em 1926 (RAINEY, 1994).

Entretanto, o campo continua a crescer e a pergunta que se coloca é como, apesar das fragilidades, consegue manter sua identidade e atrair um número cada vez maior de pesquisadores. No contexto norte-americano, Lan & Anders (2000) buscaram responder a esta questão a partir de uma visão paradigmática da pesquisa em AP. De acordo com Kuhn (2009), a existência de um paradigma, ou de um conjunto de paradigmas, não precisa englobar todos os problemas e as atividades de pesquisa presentes num determinado campo científico. Entretanto, a identificação de paradigmas que orientam as pesquisas na área indica certo grau de maturidade no desenvolvimento do campo. Consequentemente, o diagnóstico de um conjunto compartilhado de esquemas conceituais, metodológicos e institucionais que guiam a pesquisa em AP no contexto brasileiro ajudaria na compreensão e no avanço do campo.

Uma inovação dessa abordagem é o alinhamento da orientação cognitiva, com a metodológica e a institucional. De fato, uma pesquisa orientada por paradigmas dominantes implica não apenas no compartilhamento dos esquemas conceituais e teóricos, mas também da orientação instrumental e metodológica. Isto, entretanto, não se traduz num conjunto determinístico de regras ou interpretações. O paradigma implica numa abertura conceitual e metodológica, permitindo escolher os problemas que interessam para a pesquisa.

No contexto brasileiro, um dos trabalhos mais importantes que buscou avaliar a *orientação cognitiva* da produção acadêmica brasileira em AP sob a visão paradigmática é o de Keinert (1992). Baseada em Kuhn (2009) e em autores norte-americanos como Golembiewski (1977) e Henry (1975), a autora faz uma análise paradigmática da evolução do conhecimento em AP no Brasil, no período 1900-1992, identificando quatro paradigmas principais: administração pública como ciência jurídica; administração pública como ciência administrativa; administração pública como ciência política; e, administração pública como administração pública. A análise paradigmática é aliada a uma perspectiva histórica, de forma que cada um dos paradigmas é relacionado a determinado período histórico, embora tal divisão não implique uma rigorosa divisão dos paradigmas, que se fazem presentes simultaneamente, com maior ou menor fôlego, em determinados períodos, tal como reconhecido por Lan & Anders (2000).

Entretanto, uma das principais contribuições da perspectiva de Lan & Anders (2000) é a inclusão da perspectiva institucional sob a avaliação paradigmática, ao lado da orientação cognitiva e metodológica. De fato, para os autores, um paradigma dirige a pesquisa em determinado campo

quando consegue atrair um conjunto estável de instituições e de pesquisadores dedicados às suas problemáticas de pesquisa. São as contribuições sistemáticas desses autores e um sólido tecido institucional que sustentam uma pesquisa paradigmática em AP.

Com base neste referencial os autores buscaram identificar os paradigmas que norteiam a pesquisa acadêmica de AP, buscando revelar: a) que tipo de objeto os pesquisadores de AP regularmente pesquisam; b) quais pressupostos epistemológicos – orientação cognitiva - eles compartilham nos seus estudos; c) quais são os métodos principais de análise utilizados nesses estudos; d) quais as fontes principais de dados utilizadas; e, por fim; d) qual a natureza do grupo de pesquisadores que realizam estudos em AP. Os autores encontram um modelo composto por três níveis paradigmáticos (paradigma central, abordagem cognitiva e áreas de concentração) e concluem que existe um paradigma que orienta a pesquisa em AP no contexto norte-americano, caracterizada pela problemática de publicização.

### 2.3 Base conceitual da pesquisa

A presente pesquisa avalia sob a orientação paradigmática os trabalhos publicados em selecionados periódicos brasileiros, no período 2000-2010, alinhando à perspectiva de Lan & Anders (2000), a contribuição de Keinert (1992), uma vez que encontra um paralelo conceitual entre estes dois trabalhos, conforme acima explicitado.

Com relação à “*orientação paradigmática cognitiva*” Lan & Anders (2000) destacam as abordagens legal, gerencialista, política, ética, histórica e integrada, enquanto Keinert (1992) compartilha as três primeiras abordagens e reúne à análise a abordagem da *administração pública como administração pública* que se refere a uma perspectiva mais integrada e ampliada da AP, cujo *locus* diz respeito ao interesse coletivo, superando velhas dicotomias, como público-privado ou política-administração. Por esta razão, algumas das categorias operacionais dos dois trabalhos são compartilhadas (especificamente, a perspectiva *legal, gerencialista e política*), conforme destacado na Figura 1.

O paradigma da *administração pública como administração pública* foi redefinido como “governança”, ao passo em que o trabalho manteve também a orientação paradigmática cognitiva “histórica” e “ética” e eliminou a “integrada”, por falta de trabalhos empíricos que se enquadrem nesta categoria mais abrangente que busca analisar “o governo como um todo” (LAN & ANDERS, 2000:159). Esta grade conceitual inicial foi ampliada com base na contribuição de outros autores brasileiros, destacando a perspectiva *cultural*, a qual reúne várias contribuições de teóricos brasileiros em busca de especificidades culturais locais (SILVA & FADUL, 2010). É importante destacar, entretanto, que pesquisa anterior destes autores já identificava uma escassez de trabalhos nesta vertente.

Paralelamente, esta grade conceitual foi revisitada e modificada de acordo com as categorias que surgiram da análise empírica (conforme será descrito na Metodologia), resultando na Figura 1. Outras categorias surgiram dos dados empíricos, especificamente “políticas públicas” referentes aos trabalhos dedicados exclusivamente à análise de diversas fases do ciclo de políticas públicas e “institucionalismo”, subdividido, de acordo com a matriz teórica dominante, em “institucionalismo sociológico” e “institucionalismo econômico”. A Figura 1 resume a grade final ampliada dessa pesquisa relativa à orientação paradigmática cognitiva.

Perspectivas analisadas no contexto norte-americano (LAN & ANDERS, 2000)	Perspectivas analisadas no contexto brasileiro (KEINERT, 1994a;1994b)	Categorias finais da pesquisa
<b>Legal</b> A administração pública vista sob a perspectiva do arcabouço legal e da Constituição	<b>Ciência Jurídica</b> Administração pública como ciência jurídica é caracterizada pelo legalismo	<b>Legal</b>
<b>Gerencialismo</b> a administração pública preocupa-se com questões relacionadas com a eficiência, eficácia ou economia organizacional ou societal	<b>Ciência Administrativa</b> Administração pública como ciência administrativa é orientada pela racionalização, desenvolvimentismo, competência técnica	<b>Gerencialismo</b>
<b>Política</b> A administração pública preocupa-se com a distribuição de recursos e a luta de poder entre diferentes grupos (quem recebe o que)	<b>Ciência Política</b> Administração pública como ciência política é orientada pela democratização, conflito de interesses e recursos escassos	<b>Política</b>
<b>Ética</b> A administração pública preocupa-se com a ética do bom governo, considerando as conseqüências da ação administrativa em termos de justiça, liberdade, dignidade humana, democracia, participação, etc.	-	<b>Ética</b>
<b>Histórica</b> A história é importante para compreender o presente da AP	-	<b>Histórica</b>
<b>Culturalismo</b> Administração pública como estudo de especificidades culturais e organizacionais	-	<b>Cultural</b>
-	-	<b>Governança</b> Trata Das Problemáticas Inerentes Às Relações Governo – Terceiro Setor – Setor Privado
-	-	<b>Institucionalismo</b> Econômico ou sociológico, dependendo da matriz teórica de sustentação
-	-	<b>Políticas Públicas</b> análises exclusivas de diversas fases do ciclo de políticas públicas
-	-	<b>Epistemológico</b> Discussões conceituais de temas que não se enquadram nas categorias anteriores. Levantamentos sobre a natureza do campo, metodologia, epistemologia, ensaios etc.
<b>Integrada</b> AP preocupa-se com o complexo processo de governar	-	-
-	<b>Administração Pública</b> Administração pública como administração pública caracterizada pela capacidade política aliada à competência técnica	-

Figura 1. Orientação cognitiva

Outras análises complementaram a avaliação da orientação cognitiva, especificamente, a análise das palavras-chaves dos artigos, buscando identificar a possível persistência do “vale-tudo temático” criticada em trabalhos anteriores (PACHECO, 2003).

A pesquisa buscou fazer uma *análise institucional* da produção acadêmica em AP, verificando se existe um conjunto de pesquisadores que publicam sistematicamente na área, quais instituições

contribuem consistentemente para o campo e quais as relações entre a filiação institucional e a orientação cognitiva dos trabalhos. Com esta associação, a pesquisa buscou compreender se existem núcleos institucionais consolidados, cognitivamente orientados por paradigmas orientadores em determinadas regiões do país.

Em termos de *orientação metodológica*, o trabalho também optou por aprimorar a classificação de Lan & Anders (2000). Diferentemente destes autores, que dão uma visão mais geral das estratégias metodológicas, esta pesquisa optou por analisar mais profundamente as “*orientações metodológicas*”, subdividindo a análise em: a) estratégias de pesquisa; b) instrumentos de coleta de dados; e, c) técnica de tratamento e análise de dados. Dessa forma, buscou-se ter uma análise mais profunda do grau de maturidade metodológica dos trabalhos publicados em periódicos da área.

### 3. Metodologia

A presente pesquisa baseou-se na análise dos artigos publicados no período 2000-2010 nos principais periódicos voltados integral ou parcialmente para a produção acadêmica em administração pública, especificamente: Brazilian Administration Review (BAR); Cadernos EBAPE, Revista de Administração Contemporânea (RAC), Revista de Administração Contemporânea Eletrônica (RACe), Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista de Administração Pública (RAP).

Os periódicos foram escolhidos com base na classificação WebQualis (Capes), selecionando todos os periódicos com avaliação B1 ou superior. A opção pelo formato “artigo publicado” se deu com base nas seguintes considerações: a) outros trabalhos recentes analisaram a produção acadêmica na área de AP em eventos importantes da área, como Enanpad - Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (HOCAYEN-DA-SILVA, ROSSONI & JUNIOR, 2008); b) idealmente, artigos publicados em periódicos passaram por processos mais rigorosos de avaliação e devem representar uma contribuição mais consistente para o campo de AP.

Todos os artigos identificados como AP – um total de 592 – foram revisados por meio da análise de conteúdo (Krippendorff, 2004). As contribuições citadas, principalmente os trabalhos de Lan & Anders (2000) e Keinert (1992) - também outros autores, conforme detalhado no Referencial Teórico - serviram para construir as categorias de análise iniciais, optando pela análise de conteúdo com grade mista. De fato, as categorias iniciais foram expandidas com base na avaliação dos dados empíricos, resultando numa grade final mais ampla.

Considerando que um dos problemas principais da análise de conteúdo é a validade dos construtos (Krippendorff, 2004), cuidados especiais foram tomados com a codificação dos artigos. A opção pelas categorias iniciais – construídas com base na teoria - buscou melhorar a validade de face, enquanto a codificação independente, usando, pelo menos dois codificadores para as mesmas categorias buscou validar os construtos. A opção pela estratégia colaborativa de autoria – quatro pesquisadores colaboraram no decorrer da pesquisa – tornou possíveis estes cuidados especiais.

A partir da análise de conteúdo, construída a base para análise, foram realizadas estatísticas descritivas, com frequências absolutas e relativas por categoria. Além destas técnicas básicas, foi empregada a técnica de análise de correspondência, para relacionar a produção por estado (linhas) com a orientação paradigmática cognitiva (colunas). O emprego de análise de correspondência é uma alternativa interessante à tabela de contingência, pela sua alta capacidade de gerar interpretações mais intuitivas, a partir de mapas perceptuais. Nos mapas perceptuais, pode-se identificar proximidade entre categorias de variáveis nominais. Este tipo de técnica é largamente empregado na pesquisa em *marketing*, para fins de segmentação de mercado (HOFFMAN & FRANKE, 1986).

A análise de correspondência realizada no presente trabalho derivou duas dimensões para a projeção plana das categorias das variáveis, as quais explicam cerca de 60% da variabilidade dos dados, um percentual aceitável. Foi aplicada a normalização simétrica, que permite a visualização da relação entre as linhas e as colunas de forma simultânea, com a elaboração do mapa perceptual. A importância das relações aumenta à medida que os pontos se afastam da origem (0,0).

Adicionalmente a estas técnicas estatísticas, foi realizada uma análise espacial dos dados da produção por estado, com a construção de mapas temáticos da produção para períodos selecionados, a fim de explicitar a distribuição da origem institucional dos trabalhos publicados no território brasileiro.

#### 4. Análise dos Resultados

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa e discute os mesmos, com relação à orientação cognitiva dos trabalhos, aos aspectos institucionais, à relação entre estas duas dimensões, e aos aspectos metodológicos.

##### 4.1 Orientação Cognitiva

Dois paradigmas orientam cognitivamente mais de 50% dos trabalhos publicados na área de administração pública: Gerencialismo (29,6%) e Governança (28,4%). A primeira orientação cognitiva foi historicamente identificada também no trabalho de Keinert (1992) e relaciona-se com trabalhos preocupados com a busca de eficiência, eficácia, efetividade ou, no caso brasileiro, do desenvolvimento, numa tentativa de racionalização das atividades desempenhadas pelo Estado. Esta pesquisa confirma que a orientação gerencial ainda está presente em boa parte dos trabalhos publicados na área de administração pública.

Por outro lado, os dados apontam para um número crescente de trabalhos orientados pelo prisma de Governança, que traz uma perspectiva mais pluralista do Estado e das suas múltiplas relações com atores privados ou sem fins lucrativos. Estes trabalhos tratam de temas como regulação, concessões de serviços públicos, parcerias público-privadas, termos de parcerias com terceiro setor ou organizações sociais. Esta tendência foi também identificada no trabalho de Keinert (1992) e Keinert e Laporta (1994), os quais observam que a partir da década de 90 surge um paradigma, denominado *Administração Pública como Administração Pública*, que busca aliar capacidade política à competência técnica e redefine o papel do Estado. Tudo indica que trabalhos que tratam das múltiplas relações do Estado com atores privados e sem fins lucrativos, a partir da Reforma de 1995, atraem mais a atenção dos pesquisadores do campo.

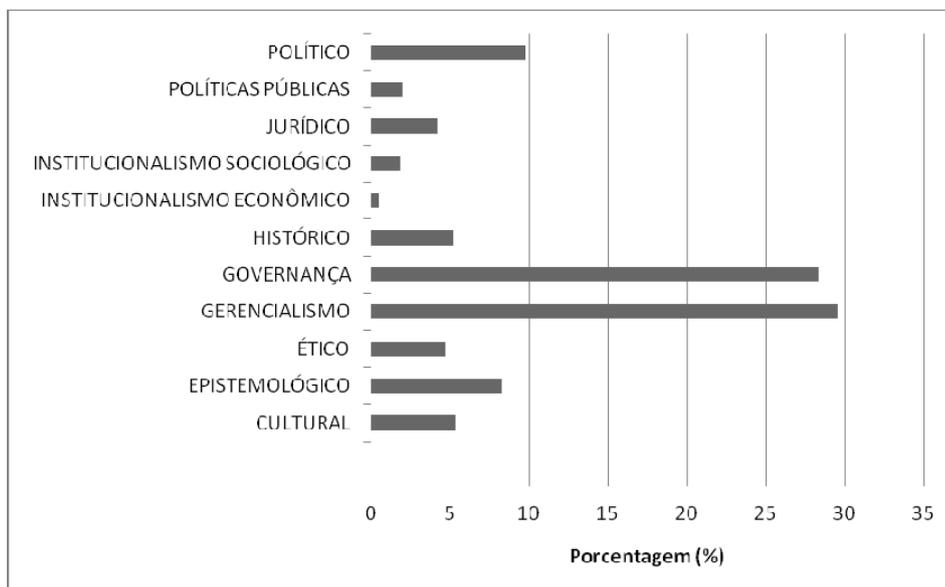
O pressuposto de uma perspectiva multidisciplinar que serve de base ao campo de administração pública não se sustenta quando se observa que apenas 9,8% dos trabalhos orientam-se cognitivamente pelo enfoque Político, compartilhado pelas Ciências Políticas, e 4,4% dos trabalhos orientam-se cognitivamente pelo enfoque Legal, relacionado com a área de Direito. Esta falta de interdisciplinaridade também foi diagnosticada no contexto norte-americano de AP (WRIGHT, 2011).

A compreensão das especificidades do contexto brasileiro, uma orientação defendida por vários teóricos (ver Candler, 2000) não parece estar presente na agenda de pesquisa. Chama atenção o número reduzido de trabalhos orientado pelo enfoque Cultural (5,4%), uma categoria que busca compreender as especificidades brasileiras de administração pública, conforme defendem vários autores brasileiros (CANDLER, 2000). Este fato também foi previamente diagnosticado por Silva e Fadul (2010), indicando que a maioria dos trabalhos publicados em AP não compartilha esta preocupação.

Este diagnóstico é mais preocupante quando se considera que a maioria desses trabalhos traz uma abordagem micro do fenômeno organizacional, “acidentalmente” situado no setor público. Em outras palavras, não são trabalhos genuinamente preocupados em pesquisar o setor público e suas especificidades. O número baixo de trabalhos orientados pelo enfoque Histórico (5,2%) também indica esta falta de preocupação com a contextualização. Entretanto, em termos comparativos, os trabalhos orientados pelo enfoque Histórico demonstram maior preocupação de contextualização e busca de compreensão das especificidades brasileiras do que os trabalhos “culturalistas”.

Por outro lado, discussões conceituais acerca de temas emergentes ou metodologias, as quais não são necessariamente relacionadas com a área de administração pública, ainda ocupam um espaço considerável entre os trabalhos publicados. De fato, a categoria caracterizada como Epistemológica reúne 8,9% dos trabalhos. Por fim, poucos trabalhos também representam a categoria Ética (4,7%), demonstrando que esta orientação, crescente em outros contextos, ainda não está presente em boa parte das pesquisas da área.

Esquemas teóricos relacionados ao Institucionalismo, na sua vertente sociológica (1,9%) ou econômica (0,5%), são representados timidamente, mas, diferentemente do diagnóstico de Pacheco (2003) não foi possível perceber nenhum predomínio da escolha racional. A Figura 2 resume estes dados.



**Figura 2. Frequências das orientações cognitivas**

Para melhor apurar a orientação cognitiva dos trabalhos, realizou-se também uma análise das palavras-chave dos artigos publicados. As palavras-chave são relevantes à medida que, conceitualmente, especificam de maneira mais precisa o conteúdo dos trabalhos. Nesse sentido, podem ajudar a compreender melhor quais as principais temáticas e orientações cognitivas dos artigos analisados.

Um dos primeiros obstáculos enfrentados na análise das palavras-chave diz respeito à falta de uma padronização na construção das mesmas, como ocorre em outras áreas da ciência. Em todos os artigos, foram encontradas 1600 palavras-chave diferentes, muitas das quais se referindo a um mesmo conceito, mas com grafias ou formas de expressão diferentes. Para superar este obstáculo, recorreu-se à recodificação das mesmas, chegando a um conjunto de 789 palavras-chave distintas.

A análise das palavras-chave indica uma falta de concentração da pesquisa em torno de temas

centrais, uma vez que são caracterizadas por uma considerável fragmentação, agravada, ainda, pela falta de padronização acima citada. As palavras-chave são consideravelmente fragmentadas, de maneira que os percentuais das palavras-chave mais utilizadas correspondem a uma parte pequena do total. Deste total, 33,7% são citadas apenas uma vez. Entre aquelas citadas no mínimo até cinco vezes – o que corresponde a 58,3% do total – as 20 mais citadas encontram-se na tabela 1.

Interessante observar que as palavras-chave podem ser remetidas facilmente às duas principais categorias de orientação cognitiva, gerencialismo e governança, demonstrando que esta preocupação é compartilhada por uma parte significativa das pesquisas originadas pelo campo de AP no Brasil. Ademais, estas 20 palavras-chave mais citadas são encontradas pelo menos uma vez em 443 artigos, o equivalente a 74,8% do total. Fica claro, portanto, que embora haja uma fragmentação quanto a temas centrais, as duas principais orientações cognitivas, gerencialismo e governança, estão relativamente consolidadas no contexto brasileiro. A Tabela 1 resume esta análise.

**Tabela 1**

**Frequências das palavras-chave mais citadas nos artigos**

<b>PALAVRA CHAVE</b>	<b>A</b>	<b>RELATIVA</b>	<b>ACUMULADA</b>
<b>GESTÃO</b>	119	5,10%	5,10%
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	87	3,80%	8,90%
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	66	2,90%	11,80%
<b>REFORMA</b>	49	2,10%	13,90%
<b>REDE</b>	43	1,90%	15,70%
<b>ORGANIZAÇÃO</b>	39	1,70%	17,40%
<b>SISTEMA</b>	37	1,60%	19,00%
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	34	1,50%	20,50%
<b>TEORIA</b>	32	1,40%	21,90%
<b>REGULAÇÃO</b>	30	1,30%	23,20%
<b>MUDANÇA</b>	29	1,30%	24,40%
<b>PLANEJAMENTO</b>	26	1,10%	25,60%
<b>ESTRATÉGIA</b>	24	1,00%	26,60%
<b>AVALIAÇÃO</b>	21	0,90%	27,50%
<b>CULTURA</b>	21	0,90%	28,40%
<b>GOVERNO</b>	20	0,90%	29,30%
<b>DEMOCRACIA</b>	19	0,80%	30,10%
<b>INOVAÇÃO</b>	19	0,80%	30,90%
<b>PODER</b>	19	0,80%	31,70%
<b>INSTITUIÇÕES</b>	18	0,80%	32,50%

O número excessivo de uso das palavras-chave confirma a predominância do que Pacheco (2003) denominou de “vale-tudo temático”. Paralelamente, a especificação de denominações generalistas do tipo “gestão”, “administração” ou “organização” parece indicar redundância e falta de identidade do campo de AP, em busca de afirmação de termos que já deveriam estar implícitos à sua área de interesse e atuação.

## **4.2 Análise Institucional**

A pesquisa diagnostica um quadro preocupante quando analisa as características da contribuição dos pesquisadores para a área de AP. Com relação à autoria dos trabalhos, foi encontrado um total

de 882 autores nos 592 trabalhos publicados. Desses, 737 autores publicaram apenas uma vez no período e 145 publicaram duas vezes ou mais, indicando que falta uma sistemática e constante contribuição para o campo. Considerando os autores que publicaram apenas uma vez, eles são os autores principais de 50% (374 artigos) dos artigos, enquanto os autores que publicaram duas vezes ou mais são os autores principais em 75,8% (110 artigos) dos artigos.

A Tabela 2 apresenta a quantidade de trabalhos em função da quantidade de autores. É possível notar que a maioria dos trabalhos (78,72%) é publicada por um ou dois autores, sendo que apenas 3,5% (21 trabalhos) foram publicados por cinco ou mais atores. Os resultados corroboram com o trabalho de Hocayen-da-Silva, Rossoni e Junior onde 76,9% dos artigos analisados foram escritos por um ou dois autores e apenas 2,2% dos artigos foram escritos por cinco ou mais autores. A elaboração de trabalhos em grandes grupos, como acontece em outras áreas, ao exemplo da Saúde, não parece caracterizar os trabalhos publicados em periódicos de administração pública.

**Tabela 2**  
**Quantidade de autores nos trabalhos publicados**

<b>AUTORES</b>	<b>TRABALHOS</b>	<b>FREQUÊNCIA RELATIVA</b>	<b>FREQUÊNCIA ACUMULADA</b>
1	228	38,51%	38,51%
2	238	40,20%	78,72%
3	76	12,84%	91,55%
4	29	4,90%	96,45%
5	12	2,03%	98,48%
6	7	1,18%	99,66%
7	0	-	99,66%
8	0	-	99,66%
9	2	0,34%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>592</b>	<b>100,00%</b>	

Se a produção acadêmica no período de 2000 a 2010 se concentrou em poucos autores, o mesmo ocorreu em relação à filiação institucional dos primeiros autores. Há poucas instituições que publicam muito e muitas instituições que publicam pouco. Do total de 145 instituições registradas como sendo o vínculo principal do primeiro autor, 109, ou seja, 75%, têm apenas até dois trabalhos publicados. Os artigos de autores destas 109 instituições correspondem a 21% dos trabalhos publicados. Por outro lado, as 14 instituições (10% do total), que publicaram mais de 10 artigos correspondem a 62% da produção. As quatro primeiras instituições no ranking de número de artigos publicados são as únicas a possuírem mais de 30 artigos publicados e correspondem, somadas, a 33% da produção.

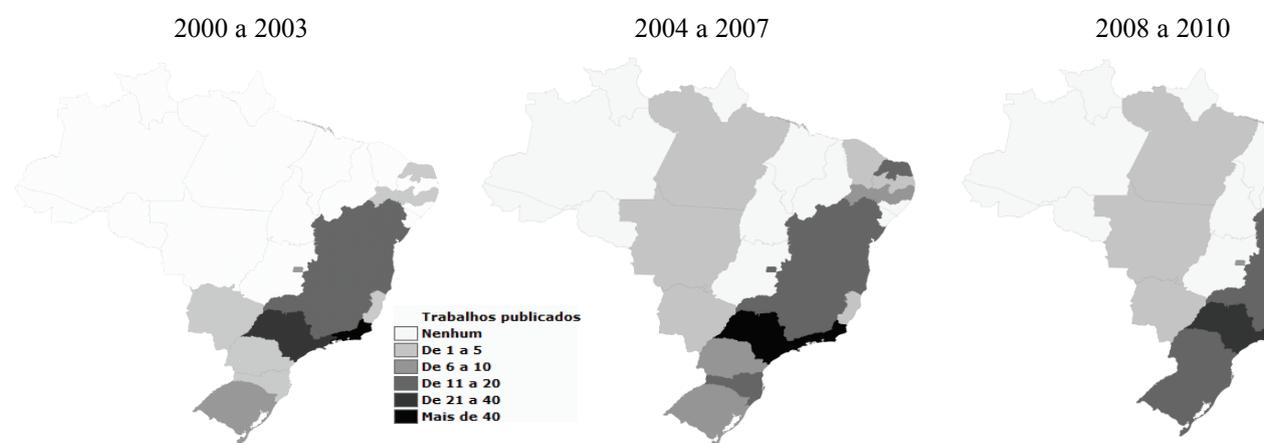
Os dados obtidos corroboram com os resultados de Hocayen da Silva, Rossoni & Júnior (2008), situando EBAPE/FGV e EAESP/FGV como as principais instituições publicadoras em Administração Pública. De 2000 a 2010, as duas instituições foram responsáveis por praticamente ¼ dos artigos em administração pública publicados nos veículos com WebQualis B1 ou superior. Há, entre as 14 principais instituições, com mais de 10 artigos publicados, representantes das regiões Sudeste, Sul, Nordeste e um da região Centro-Oeste. Não há representantes da região Norte. Este diagnóstico coincide com a análise de Pacheco (2003) que identifica os sérios riscos decorrentes da presença de poucos programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes e o fato de serem justapostos aos programas de *business* no sistema de pós-graduação. Para a autora, estas

características institucionais do campo podem reforçar o (auto-)isolamento e a identidade difusa.

Outra característica que indica uma fraca articulação institucional do campo diz respeito ao número baixo de pesquisas publicadas que receberam apoio de instituições de fomento à pesquisa. De fato, em apenas 6,75% dos trabalhos (40 trabalhos) são citadas notas de agradecimento a estas instituições. As notas de agradecimento são orientações claras das instituições de fomento, indicando que grande maioria dos trabalhos publicados não recebeu fomento para sua realização.

A concentração da produção em determinados autores, que estão vinculados a determinadas instituições, acaba por revelar um terceiro tipo de concentração, que tem sido pouco comentado na literatura. A concentração regional da produção, com a formação de polos regionais mais fortes ou mais fracos, é um aspecto observável na análise da evolução das publicações no período de 2000 a 2010 e demanda análise mais pormenorizada.

A Figura 3 permite identificar este movimento.



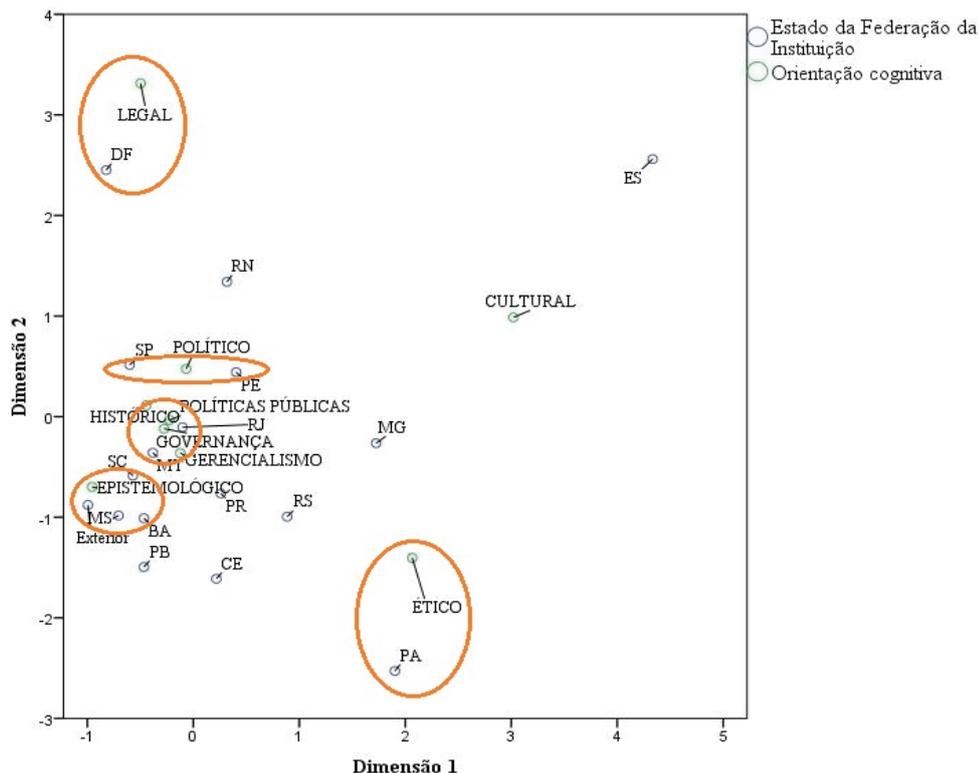
**Figura 3. Evolução da produção em administração pública por estado entre 2000 e 2010 – mapas por triênio/quadrênio**

Fonte: Microdados pesquisa em Administração Pública – FGV, 2011

Esta figura permite também identificar que houve certa desconcentração da produção ao longo do período 2000 a 2010, não apenas com a entrada de novos estados produtores, mas com a consolidação de centros importantes, regionalmente, a partir de polos que eram menos centrais anteriormente. As regiões Sul e Nordeste apresentaram crescimento importante no período.

#### **4.3 Relação da orientação cognitiva com características institucionais do campo de AP**

Para além do volume da produção por estado, é importante procurar identificar se, regionalmente, existe algum tipo de especialização institucional em determinada orientação cognitiva. A expectativa, por trás desta indagação, é perceber se existe algum tipo de orientação que se tenha estabelecido como dominante em contextos regionais específicos. Neste sentido, a técnica de análise de correspondência cumpre adequadamente o objetivo de identificar visualmente relações entre objetos e categorias associadas a eles. Pode ser uma representação visual da tabela de contingência. No caso do presente trabalho, foram relacionadas as orientações cognitivas, sendo apenas levadas em conta as principais categorias, com os estados da federação da instituição filiadora do primeiro autor. Os resultados estão dispostos na Figura 4.



**Figura 4. Mapa perceptual de orientação cognitiva por estado da federação – produção em administração pública de 2000 a 2010**

Fonte: Microdados pesquisa em Administração Pública – FGV, 2011

Pode-se perceber que existe um padrão aproximado de orientações cognitivas por estado. O Distrito Federal possui identificação com a orientação cognitiva *legal*, aspecto reforçado pela colaboração entre pesquisadores da UnB e membros de órgãos federais de controle. O Pará conduz uma linha de trabalhos enquadrados como éticos, apresentando-se como o único estado produtor da Região Norte. Os trabalhos enquadrados como políticos têm sua produção concentrada em São Paulo e Pernambuco. É possível ainda identificar um agrupamento em torno da categoria *Epistemológico*, cujos trabalhos estão localizados na Bahia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e no exterior. Trabalhos históricos, de políticas públicas, de governança e gerencialistas têm sua produção concentrada no Rio de Janeiro e Mato Grosso.

#### 4.4 Orientações Metodológicas

Conforme já foi antecipado, o diagnóstico acerca das orientações metodológicas do trabalho não será detalhado aqui, levando em consideração a limitação do espaço. Serão apresentados apenas alguns dados para exemplificar os problemas diagnosticados.

Com relação à classificação dos artigos analisados enquanto teóricos ou empíricos, esta pesquisa, a exemplo do que demonstraram Hocayen-da-Silva, Rossoni & Junior (2008), verifica uma prevalência de trabalhos de cunho empírico sobre trabalhos de cunho teórico, porém com uma proporção menor. Dos 592 trabalhos analisados, 60% (355 artigos) são empíricos e 40% (237 artigos) são teóricos.

Dos trabalhos empíricos, a pesquisa mostra significativo predomínio da orientação metodológica qualitativa (76%). Apesar do aumento dos trabalhos quantitativos nos últimos anos, os trabalhos de orientação quantitativa ainda somam apenas 19,4% do total de publicações.

A matriz metodológica brasileira na área de AP continua sendo de cunho qualitativo e este fato não seria problemático em si, caso não se considerassem as fragilidades metodológicas levantadas pela pesquisa. Nos trabalhos há predomínio de Estudos de Caso (40%), sendo que uma parte são estudos de casos ilustrativos (9,0%), utilizados para ilustrar o ponto de vista do autor, sem apresentar rigor metodológico na coleta e análise dos dados. Além dos estudos de caso, também aparecem levantamentos qualitativos (23,8%) e levantamentos quantitativos (18,8%). Estes números vão ao encontro de Hocayen-da-Silva, Rossoni & Junior (2008) que apresentam predomínio de estudo de caso (55,7%).

As falhas metodológicas mais recorrentes são relativas aos instrumentos de coleta de dados e às técnicas utilizadas para tratar e analisar os mesmos. A Tabela 3 apresenta a frequência dos instrumentos de coleta e métodos de tratamento e análise de dados identificados nos trabalhos. Observa-se que 16,4% dos trabalhos não especificam os instrumentos de coleta, por outro lado 26,0% utilizam triangulação, ou seja, vários instrumentos para coleta de dados. Isto evidencia uma dicotomia entre os trabalhos publicados, enquanto parte dos trabalhos apresenta metodologias de coleta de dados sofisticadas, outra parte não apresenta claramente como os dados foram coletados. Dos estudos analisados, 47,5% não especificam como os dados foram tratados e analisados. Estes casos estão relacionados principalmente com os estudos de caso e levantamentos qualitativos, nos quais os autores especificam instrumentos de coleta de dados, mas não apresentam claramente os métodos para análise dos dados coletados. Estatísticas avançadas, como análise fatorial e regressões, foram utilizadas em 10,1% dos trabalhos, enquanto estatística descritiva foi utilizada em 14,7% dos trabalhos.

Estes dados evidenciam uma fraqueza metodológica nas análises dos trabalhos quantitativos, demonstrando que as fragilidades metodológicas nos trabalhos de administração pública diagnosticados por Machado-da-Silva, Amboni e Cunha (1989) e Souza (1998) persistem nos trabalhos publicados no período 2000 e 2010.

**Tabela 3**  
**Frequências dos instrumentos de coleta e técnicas de análise de dados**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (FONTES)		TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	
	FREQUÊNCIA		FREQUÊNCIA
Triangulação (três ou mais fontes)	26,00%	Análise de conteúdo	20,50%
Documentos	17,10%	Estatística descritiva	14,70%
Entrevistas	14,00%	Estatísticas avançadas	10,10%
Questionários	13,00%	Análise de discurso	3,60%
Base de dados	11,00%	Estatísticas intermediárias	3,60%
Observação Direta	2,10%	<i>Não especificado</i>	47,50%
Brainstorming	0,30%		100,00%
<i>Não especificado</i>	16,40%		
	100,00%		

## 5. Conclusões

A maturidade de um campo científico está estreitamente relacionada com a existência de paradigmas que orientam a pesquisa originada por pesquisadores a este associados. Os paradigmas, a partir de uma visão Kuhniana, não devem ser vistos como camisas de força, mas como esquemas

conceituais, metodológicos e institucionais que orientam a pesquisa no campo. Os paradigmas ajudam a identificar os problemas de pesquisa, agregando um conjunto substancial de pesquisadores e instituições que buscam responder a estas problemáticas comuns, canalizando esforços e recursos, ao longo de um período considerável de tempo. Um campo orientado paradigmaticamente seria caracterizado por esquemas conceituais e cognitivos compartilhados, estratégias metodológicas consolidadas e uma comunidade duradora de pesquisadores e instituições.

Esta pesquisa buscou identificar se o campo acadêmico de AP, no contexto brasileiro, compartilha estas características. Em outras palavras, a pesquisa buscou investigar quais os paradigmas que orientam a produção acadêmica em AP. De forma geral, a resposta a esta indagação é negativa, especialmente devido a sérios obstáculos relacionados com a orientação cognitiva da pesquisa, falhas institucionais do campo e fraqueza das estratégias metodológicas adotadas. Entretanto, algumas especificidades reveladas pela pesquisa merecem maior reflexão.

O trabalho revela que mais da metade dos trabalhos analisados são cognitivamente orientados pelo paradigma de gerencialismo e da governança. Isto é, um conjunto de pesquisadores de AP no contexto brasileiro compartilha algo em comum em termos cognitivos e esta orientação está relacionada com a redefinição do papel do Estado ao longo dos últimos anos, evidenciando que a reforma administrativa de 1995 ainda está presente nos estudos de administração pública do Brasil. A orientação pela eficiência, eficácia, qualidade ou resultados, intimamente relacionada com o gerencialismo, está sendo gradualmente complementada por uma orientação pelas relações pluralísticas do Estado com o setor privado e o terceiro setor, via regulação, concessões de serviços públicos, parcerias público-privadas e parcerias com organizações sem fins lucrativos.

Por outro lado a pesquisa também revela um distanciamento conceitual dos trabalhos publicados em AP de outras áreas afins, como Ciência Política ou Direito, assim como persistência da pulverização temática, conforme diagnosticado em trabalhos anteriores (PACHECO, 2003).

Tudo indica que os entraves institucionais inviabilizam pesquisas paradigmaticamente orientadas no contexto brasileiro. A maioria dos autores publica apenas uma vez em periódicos da área e poucas instituições concentram boa parte da publicação acadêmica no campo. A pesquisa também revela forte concentração regional da pesquisa, assim como um número baixo de publicações que recebem apoio de instituições de fomento à pesquisa.

As falhas metodológicas reveladas pela pesquisa também contribuem para este quadro. A pesquisa mostra que o número de trabalhos empíricos, majoritariamente de orientação qualitativa, prevalece sobre os trabalhos teóricos. A orientação qualitativa da pesquisa não seria um mal em si; esta se torna problemática quando utilizada de forma precária. Chama atenção a prevalência de estudos de caso, uma parte considerável dos quais são apenas ilustrativos, utilizados sem nenhum rigor metodológico. Uma boa parte dos trabalhos não especifica como os dados foram coletados e em quase metade dos trabalhos não se discute como os dados foram tratados e analisados. As estratégias quantitativas de pesquisa ocupam um espaço menor e são, majoritariamente, de natureza descritiva. No entanto, a partir de 2005 há uma tendência de utilização de metodologias mais sofisticadas tanto qualitativas quanto quantitativas.

Por fim, o trabalho revela a existência de alguns núcleos cognitivo-institucionais, localizados, não apenas em instituições tradicionais dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, mas também em estados como Distrito Federal (orientação legal), Mato Grosso (orientação governança) ou Pará (orientação ética), que sistematicamente publicam no contexto brasileiro e poderão influenciar o futuro do campo de AP.

## 6. Referências bibliográficas

- BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M. M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). *Revista de Administração de Empresas*, v. 36, n. 3, 1994.
- BINGHAM, Richard D., BOWEN, William M. "Mainstream" Public Administration over Time: A Topical Content Analysis of Public Administration Review. *Public Administration Review*, Vol. 54, No. 2., pg. 204-208. Mar. - Apr., 1994
- BOX, Richard C. An examination of the debate over Research in Public Administration. *Public Administration Review*, v. 52, n. 1. pg. 620-69. jan-fev. 1992.
- CALDAS, Miguel e TINOCO, Tatiana. Pesquisa em gestão de recursos humanos nos anos 1990: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração de Empresas*, v. 44. n.3. pg.100-114. 2004.
- CANDLER, Gaylord George. Particularism versus Universalism in the Brazilian Public Administration Literature. *Public Administration Review*. v. 62, n. 3. pg. 298-306. May/June 2002.
- COELHO, Fernando. Souza. . A Problemática Atual do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR* (FGV), v. Esp, p. 1-21, 2008.
- FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 24, n. 4, p. 278-88, 1984.
- GUIMARÃES, Tomas de Aquino, GOMES, Adalmir de Oliveira, ODELIUS, Catarina Cecilia, ZANCAN, Claudio, CORRADI, Ariane Agnes. A Rede de Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil: Análise de Relações Acadêmicas e Atributos de Programas. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 13, n. 4, art. 3, pp. 564-582, Out./Dez. 2009
- HENRY, Nicholas. Paradigms of public administration. *Public Administration Review*, n. 35, p. 378-86, 1975.
- HOCAYEN-DA-SILVA, Antonio João; ROSSONI, Luciano; JUNIOR, Israel Ferreira. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005; *Revista de Administração Pública*; Rio de Janeiro v. 42. n.4. pg.655-80, jul./ago. 2008.
- HOCAYEN-DA-SILVA, Antonio João; ROSSONI, Luciano; JUNIOR, Israel Ferreira. Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil; *Revista de Administração Pública*; Rio de Janeiro v. 42. n.6. pg.1041-67, Nov./Dez. 2008b.
- HOFFMAN, D.; FRANKE, G. Correspondence analysis: graphical representation of categorical data in marketing research. *Journal of Marketing Research*, v.23, p.213-227, Aug. 1986.
- GOLEMBIEWSKI, Robert T. *Public Administration as a developing discipline*. New York: Decker, 1977.
- KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Os paradigmas de administração pública no Brasil (1900-1992). *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.34, n.3, p. 41-48. 1992.
- \_\_\_\_\_. e VAZ, José Carlos. A Revista do Serviço Público no pensamento administrativo brasileiro (1937-1989). *RSP – Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 45, n. 1, p. 9-41, 1994.
- \_\_\_\_\_. e LAPORTA, Claudio B. A RAP e a evolução do campo de administração pública no Brasil (1965-92). *RAP – Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 5-17, 1994b.
- KELLOUGH, Edward J. PITTS, David. W. Who contributes for Public Administration Review? Examining the Characteristics of Authors Who Submit Manuscripts to the Journal. *Public Administration Review*, v.65. n.1. pg. 3-7. Jan/Feb 2005.

- KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis*. II ed. Thousand Oaks: Sage Publications. 2004.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LAN, Zhiyong, ANDERS, Kathleen K. A paradigmatic view of contemporary public administration research: an empirical test. *Administration & Society*, v. 32, n.2. pg. 138-165. 2000.
- LEAL, Ricardo.; OLIVEIRA, J.; SOLURI, A. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 1, p. 91-104, 2003.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis, Guarido Filho, Edson Ronaldo. Rossoni, Luciano, Graeff, Julia Furlanetto. Periódicos Brasileiros em Administração: Análise bibliométrica de impacto no triênio 2005-2007. *RAC-Eletrônica*. Curitiba, v. 2, n. 3, art. 1, p. 351-373, Set./Dez. 2008
- \_\_\_\_\_.; CUNHA, V. C.; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 14., 1990, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Anpad, 1990.
- \_\_\_\_\_. AMBONI, N. e CUNHA, V. Produção acadêmica em administração pública: período 1983-88. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 18o, 1989, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte : Anpad, 1989.
- PACHECO, Regina. Administração pública nas revistas especializadas: Brasil, 1995-2002. *Revista de Administração de Empresas*. v. 43. n.4 p. 63-71. Out-Dez. 2003.
- PERRY, James L. KRAEMER, Kenneth L, Research Methodology in the "Public Administration Review," 1975-1984. *Public Administration Review*, Vol. 46, No. 3, pp. 215-226, May - Jun., 1986.
- QUINTELLA, R. Encontro nacional da Anpad x Meeting of AOM: Lições, questionamentos e especulações. *Revista de Administração de Empresas*. v. 43, n. 3, p. 107-115. 2003.
- RAINEY, H. G. On paradigms, progress, and prospects for public management. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 4, 41-48. 1994.
- SOUZA, Celina. Pesquisa em administração pública no Brasil: uma agenda para o debate. *RAP – Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.32, n. 4, p. 43-61, 1998.
- SILVA, Lindomar Pinto, FADUL, Elvia. A Produção Científica Sobre Cultura Organizacional em Organizações Públicas no Período de 1997 a 2007: um Convite à Reflexão. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 14, n. 4, art. 5, pp. 651-669, Jul./Ago. 2010
- STALLINGS, Robert A. FERRIS, James. M. Public Administration Research: Work in PAR, 1940-1984. *Public Administration Review*, v. 48, n.1. pg. 580-587. Jan- Feb. 1988.
- VIEIRA, F. G. Narciso sem espelho: a publicação brasileira de marketing. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 1, p. 81-90, 2003.
- WHITE, Jay D. Dissertations and publications in public administration. *Public Administration Review*, v. 46, n. 3. ppg. 227-234, May - Jun., 1986.
- WRIGHT, Bradley E. Public Administration as an Interdisciplinary Field: Assessing Its Relationship with the Fields of Law, Management, and Political Science. *Public Administration Review*. pg. 96-101. Jan.- Feb, 2011.